

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas para a Infância e Juventude/Ceam/UnB

Disciplina - Políticas Públicas, democracia e participação social. Código: PPGPIJ0005 CH – 45h;

Datas: Março (30); Abril (6;13;20;27); Maio (4;11;18;25); Junho (1;8;15;22;29) de 2026

Horário: 2as, 8h55 às 11h50

Local: Pós-graduação do Ceam - Pavilhão Multiuso 1 - Bloco C, 1º andar (ao lado do auditório SintFub)

Docentes: Profa. Dra. Maria Raquel Gomes Maia Pires; Prof. Dr. Benedito Rodrigues dos Santos.

PROGRAMA DA DISCIPLINA – 2026.1

(Sujeito a alterações no decorrer das aulas)

Ementa: As políticas públicas e seu desenvolvimento na perspectiva de mediação entre Estado, sociedade civil, poder legislativo e poder judiciário. A análise de políticas públicas como instrumento de análise do Estado e das práticas governamentais. O processo de formulação das políticas públicas no Brasil. Políticas públicas, Estado e democracia na conformação da cidadania. A questão da participação social e a garantia do Estado democrático de direito Judicialização das políticas públicas. Estudos sobre políticas públicas direcionadas à infância e juventude. Direitos da criança e do adolescente e políticas públicas.

Apresentação

O curso discute a articulação entre políticas públicas, Estado e democracia na conquista da cidadania de crianças, adolescentes e jovens. As três categorias teóricas estampadas no título da disciplina orientam os respectivos módulos temáticos, a saber, 'Democracia', 'Políticas Públicas', 'Participação Social'. Iniciamos pelo debate acerca das teorias democráticas, haja vista o contexto de crise no Estado de direito, em nível nacional e global, especialmente com a emergência de governos e movimentos totalitários. Nesse sentido e num breve recuo temporal, lembremos a atualidade da clássica questão colocada por Theodor Adorno e Max Horkheimer no prefácio da *Dialética do esclarecimento* (1945), qual seja: “por que a humanidade, em vez de entrar em um estado verdadeiramente humano, está se aprofundando em uma nova espécie de barbárie?” (ADORNO, 1985, p11). Se nos tempos de pós-segunda guerra que originou essa famosa questão o fascismo de Hitler fora derrotado, o mesmo não se pode dizer das condições que o originaram. Ao contrário disso, as premissas do fascismo, calcadas na pretensão de domínio da natureza pelo ser humano, engendram o próprio processo civilizatório de uma modernidade em crise, bem como as contradições intrínsecas ao capitalismo. Sob o risco atual de “morte das democracias” por corrosão interna, isto é, a partir de

suas próprias instituições (LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel, 2018), urge discutirmos as possibilidades e os limites do Estado de direito diante dos constantes ataques de discursos e de movimentos totalitários. Começaremos a disciplina, então, com reflexões sobre a ameaça neofascista sobre a democracia, haja vista o fortalecimento dos movimentos de extrema direita.

O *Módulo 1 - Estado, Democracia e Políticas Públicas*, pergunta pelos limites da luta por igualdade diante do apagamento das diferenças - necessárias ao tensionamento conflitivo e traço indiscernível do político. As seguintes questões norteiam as discussões¹: *Como lidar com o “mal-estar” (se assim podemos chamar) da democracia nos contextos em que a ‘luta por igualdade’ flerta constantemente com discursos autoritários? Quais os limites da democracia como deliberação pública frente a digitalização da esfera pública globalizada? Quais os desafios da democracia como deliberação pública por assentimentos universais em contextos de exclusão do outro? Seria o consenso a melhor forma da democracia? Quais as objeções da epistemologia feminista às teorias deliberativas? Como lidar com os antagonismos inconciliáveis que impedem consensos mínimos no jogo político por conquistas igualitárias, no âmbito da conformação das políticas públicas? O que é política pública e quais os desafios à participação da sociedade civil? O que pode o Estado na formulação das políticas públicas frente ao contexto neoliberal globalizado?* A guisa de síntese, abordaremos a correlação de forças entre os interesses público e privado que configuram tanto a noção de Estado de direito, quanto de democracia, com ênfase na formulação de políticas públicas.

Iniciaremos pelo debate das teorias deliberativas e agonistas da democracia e os reflexos nas políticas sociais, à luz do conceito de interseccionalidade, sempre que possível. Quer dizer, entram em cena as discussões sobre a perspectiva indiscernível entre gênero, raça, classe, etnia e geração, no âmbito das políticas públicas para a infância e juventude. Debateremos as concepções multidisciplinares de políticas públicas, suas críticas e desafios, articulada a complexidade de uma democracia em crise.

O *Módulo 2, Participação social nas Políticas para a Infância e Juventude*, objetiva refletir sobre o processo de produção das políticas públicas e a interface Estado/Sociedade. Especificamente, a argumentação tem como foco os múltiplos papéis e embates que atores sociais assumem nos

¹ Como constante no tópico de avaliação da disciplina, notem que essas são questões reflexivas, isto é, requer um grau de aprofundamento e argumentação conceitual importante para discussão (diferente de simples perguntas com respostas lineares), portanto passíveis de serem abordadas nos trabalhos finais de disciplina.

processos de formação de agenda, tomada de decisão e monitoramento das políticas públicas. Serão objeto de discussão o contexto e as especificidades da participação da sociedade na formulação das políticas para a infância e juventude no Brasil.

Objetivos

Geral: Refletir sobre a articulação entre políticas públicas, Estado e democracia na configuração da cidadania de crianças, de adolescentes e de jovens.

Específicos:

- Discutir os desafios atuais e principais teorias da democracia, com ênfase na crítica feminista e repercussões para a cidadania ativa, no âmbito das políticas sociais;
- Articular as concepções de políticas sociais e das políticas públicas em perspectiva interseccional;
- Compreender o processo de produção das políticas públicas para a infância e juventude no Brasil.

Módulos Temáticos

Módulo 1 – Estado, democracia e políticas públicas – Profa. Maria Raquel Gomes Maia Pires

- 1.1- Teoria Crítica: os limites da democracia e o recrudescimento da ameaça fascista.
- 1.2- Teorias deliberativas da democracia – Habermas
- 1.3-Crítica feminista: agonismo e cidadania democrática em Chantal Mouffe; contraposições de Nancy Fraser.
- 1.4- Formulação e análise de Políticas Públicas: justiça como reconhecimento, redistribuição e representação em Nancy Fraser

Módulo 2 - Participação social nas Políticas para a Infância e Juventude – Prof. Dr. Benedito Rodrigues dos Santos

- 2.1 - O Princípio da Municipalização das Políticas Sociais para a infância e adolescência (descentralização/territorialização, intersetorialidade e articulação para proteção).
- 2.2 - Breve história da participação da sociedade na formulação de políticas no Brasil - Parte I (1960 a 2002).
- 2.3 - Breve história da participação da sociedade na formulação de políticas no Brasil – Parte Parte II (2003 a 2023).

2.4 - Políticas para a infância e a participação institucionalizada (Conselhos e Conferências).

2.5 - Experiências de participação de crianças, adolescentes e jovens.

2.6 - Monitoramento e avaliação de políticas para infância e juventude.

Didática

As aulas contemplam discussão, debates e reflexões de textos previamente indicados nos encontros presenciais. A leitura previa dos textos é indispensável para maior aproveitamento das aulas. Serão disponibilizadas referências diversas na pasta da disciplina e ao longo das aulas.

Pasta da disciplina Módulo 1:

https://drive.google.com/drive/folders/1BRiPRag9kFFNkpuMOIV_OQ5Fw6iUi7gJ?usp=sharing

Avaliação

Nota 1 (3,0 pts) Roteiros de artigos teóricos– Após cada módulo, as(os) estudantes entregarão um roteiro de artigo teórico, com até 3 páginas, contendo uma questão central, argumento central, objetivos e tópicos a serem desenvolvidos, relacionados a um dos textos discutido nas aulas. No módulo 1, o roteiro de trabalho problematizará o conceito de democracia e/ou políticas públicas, valendo 1,5 pontos. No módulo 2, a categoria de Participação Social e/ou Políticas Públicas será objeto de questionamento por meio do roteiro. Todos os textos serão corrigidos por ambos os docentes. A final de cada módulo, haverá um momento de discussão dos roteiros com a presença de ambos as(os) docentes da disciplina para as respectivas devolutivas, conforme cronograma.

Prazos: Roteiro 1 referente ao módulo 1- **14/05/2026, até as 23h59min, via Teams**; Roteiro 2 referente ao módulo 2, **25/06/2025, até as 23h59min, via Teams**.

Nota 2 (7,0 pts) Artigo teórico – A(o) estudante escolherá um dos roteiros para desenvolver seu trabalho final, que conterà de 8 a 10 páginas, incluindo referências, sob a forma de um artigo científico com resumo, introdução, desenvolvimento (**Atenção!** Não escreva “desenvolvimento” no trabalho, mas os respectivos tópicos que discriminam o tema e argumento central), conclusão, referências segundo ABNT. Ambos(as) docentes avaliarão os trabalhos finais.

OBS: Serão disponibilizados roteiros e orientações para a elaboração de cada trabalho.

Nota Final= Nota 1+Nota 2

- **Aspectos formais** – Roteiro com no máximo 3 páginas, espaço 1,5, fonte 12; Trabalho final com máximo de 10 páginas, inclusas referências completas utilizadas; não incluir capa: cabeçalho simples, nome completo e matrícula; espaço 1,5, fonte 12; inclua título, resumo e estruturas clássicas do trabalho científico.

- **Declaração sobre o uso de IA** – A(o) cada entrega dos roteiros e do trabalho final a estudante enviará a declaração do uso de IA preenchida e assinada (em anexo), discriminando de que maneira utilizou a plataforma, com a afirmação ***de que não utilizou a ferramenta para a escrita do conteúdo principal do trabalho***. Recomendamos que não utilizem a ferramenta para correções de português, pois a plataforma altera (e piora) o texto, além de tornar passível de detecção nas plataformas de uso de IA que utilizamos.

IMPORTANTE: *Em caso de suspeita do uso da IA no corpo do texto principal*, a docente e o docente formarão uma banca e convocarão para uma arguição oral a(o) autor do trabalho entregue. Solicitamos honestidade intelectual e respeito ao processo de formação individual para evitarmos constrangimentos maiores.

CRONOGRAMA²

DATA	TEMA	REFERÊNCIAS /ATIVIDADES
MÓDULO 1 - Estado, democracia e políticas públicas		
30/03 Aula 1	Apresentação do Programa e da Disciplina.	Degustação: Han, Byung-Chul. Regime de informação. In: Han, Byung-Chul. Infocracia. Digitalização e crise da democracia. Tradução de Gabriel S. Philipson. – Petrópolis, RJ : Vozes, 2022. Complementar: LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. Como as democracias morrem. Rio de Janeiro: Zahar, 2018
6/06 Aula 2	1.1- Teoria Crítica: os limites da democracia e o recrudescimento da ameaça fascista. <i>Como lidar com o “mal-estar” (se assim podemos chamar)</i>	Principal: SAFATLE, Vladimir. De que sofrimento o fascismo é a cura? Anatomia de uma contrarrevolução libidinal. In: SAFATLE, Vladimir. A ameaça interna. Psicanálise dos novos fascismos globais. São Paulo: Ubu Editora, 2026.

² Sujeito a alterações no decorrer das aulas.

	<p><i>da democracia nos contextos em que a 'luta por igualdade' flerta constantemente com discursos autoritários?</i></p>	<p>Complementar: ADORNO, Theodor. Teoria freudiana e o padrão da propaganda fascista. In: ADORNO, Theodor. Ensaios sobre a Psicologia Social e Psicanálise. Trad.: Verlaine Freitas. São Paulo: Unesp, 2015; VASCONCELLOS, C. Theodor Adorno e as tendências fascistas na democracia. Civitas - Revista de Ciências Sociais, v. 22, p. e-41422, 2022.</p>
<p>13/04 Aula 3</p>	<p>1.2- Teorias deliberativas da democracia – Habermas <i>Quais os limites da democracia como deliberação frente a digitalização da esfera pública globalizada?</i></p>	<p>Principal: Habermas, Jünguen. 'Três modelos normativos de democracia'. In: Habermas, Jünguen. 'A inclusão do outro: estudos de teoria política'. São Paulo: Loyola, 2002; Habermas, Jünguen. Reflexões e hipóteses sobre uma renovada mudança estrutural da esfera pública. In: Habermas, Jünguen. Uma nova mudança estrutural da esfera pública. Tradução: Denilson Luis Werle. São Paulo: Unesp, 2023.</p> <p>Complementar: Comentários e Críticas ao modelo deliberativo de democracia: FRASER, Nancy. Transnationalizing the Public Sphere On the Legitimacy and Efficacy of Public Opinion in a Post-Westphalian World. <i>Theory, Culture & Society</i> 2007 (SAGE, Los Angeles, London, New Delhi, and Singapore), Vol. 24(4): 7–30. Disponível em: https://transversal.at/transversal/0605/fraser/en</p>
<p>20/04 Aula 4</p>	<p>1.3-Crítica feminista: agonismo e cidadania democrática em Chantal Mouffe; contraposições de Nancy Fraser. <i>Quais os limites da teoria deliberativa (ou do discurso) de Habermas frente ao contexto neoliberal de 'desmantelamento da sociedade', analisado por Wendy Brown?</i></p>	<p>Principal: BROWN, Wendy. A sociedade deve ser desmantelada. In: BROWN, Wendy. Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Editora filosófica Politeia, 2019; BROWN, Wendy. Soberania em declínio, democracia murada. In: BROWN, Wendy. Estados murados, soberania em declínio. Tradução: Mariana Strassacapa. São Paulo: Kazimira editora, 2023.</p> <p>Complementar: BROWN, W. Pesadelo americano: neoliberalismo, neoconservadorismo e desdemocratização. Cadernos de Educação, n. 68, 18 nov. 2024.</p>

<p>27/04 Aula 5</p>	<p>1.3-Crítica feminista: agonismo e cidadania democrática em Chantal Mouffe; contraposições de Nancy Fraser</p> <p><i>Quais as críticas feministas ao modelo deliberativo de democracia de Habermas?</i></p> <p><i>A democracia é compatível com o capitalismo? Qual a contraposição de Nancy Fraser ao modelo de democracia agonística de Chantal Mouffe?</i></p>	<p>Principal: MOUFFE, Chantal. Por um modelo agonístico de democracia. Revista de Sociologia e Política, n.25, p.11-23, 2005; FRASER, Nancy. Abatendo a democracia: porque a crise política é a carne vermelha do capital. In: FRASER, Nancy. Capitalismo Canibal. Como nosso sistema está devorando a democracia, o cuidado e o planeta e o que podemos fazer a respeito disso. Tradução: Aline Scatola. São Paulo: Autonomia Literária, 2024.</p> <p>Complementar: FRASER, Nancy. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. MEDIAÇÕES, LONDRINA, v. 14, n.2, p. 11-33, Jul/Dez. 2009;</p>
<p>4/05 Aula 6</p>	<p>1.4- Formulação e análise de Políticas Públicas: justiça como reconhecimento, redistribuição e representação em Nancy Fraser.</p> <p><i>Como lidar com os antagonismos inconciliáveis que impedem consensos mínimos no jogo político por conquistas igualitárias, no âmbito da conformação das políticas públicas?</i></p>	<p>Principal: FRASER, Nancy. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. Revista Estudos Feministas [online]. 2007, v. 15, n. 2; SECCHI, L. Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos, questões de concurso. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2019.</p>
<p>11/05 Aula 7</p>	<p>1.4- Formulação e análise de Políticas Públicas: justiça como reconhecimento, redistribuição e representação em Nancy Fraser.</p> <p><i>O que pode o Estado na formulação das políticas públicas frente ao contexto neoliberal globalizado?</i></p>	<p>Principal: SECCHI, L. Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos, questões de concurso. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2019.</p> <p>MARQUES, E; FARIA, CAP (Org.) A política pública como campo interdisciplinar. São Paulo: Unesp; Rio de Janeiro:Fiocruz, 2018</p>

MÓDULO 2 - Participação social nas Políticas para a Infância e Juventude

18/05 Aula 8	<p>9h às 10h *Devolutiva dos trabalhos do primeiro módulo pelos docentes</p> <p>O Princípio da Municipalização das Políticas Sociais para a infância e adolescência (descentralização/territorialização, intersectorialidade e articulação para proteção).</p>	<p>Estratégias (Debate a partir de textos)</p> <p>“Políticas Sociais para a Infância e Adolescência” - Guia para Gestão Pública-. Fundação Abrinq pelos direitos da Criança e do Adolescente. São Paulo,2021.</p> <p>“O debate sobre a descentralização de políticas públicas: um balanço bibliográfico”. Maria do Carmo Lessa Guimarães”.</p>
25/05 Aula 9	<p>Breve história da participação da sociedade na formulação de políticas no Brasil - Parte I (1960 a 2002)</p>	<p>Dagnino, E. Construção democrática, neoliberalismo e participação: Os dilemas da confluência perversa. Política & Sociedade, No. 5 – outubro de 2004.</p> <p>Gohn, M.G. (2019). Participação e democracia no Brasil: da década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.</p>
01/06 Aula 10	<p>Breve história da participação no Brasil - Parte II (2003 a 2023)</p>	<p>Gohn, M.G. (2016). Gestão Pública e os Conselhos: revisitando a participação na esfera institucional. Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas V.10 N.3 2016 ISSN: 1984-1639.</p> <p>Morais, Neira de; Silva, Maria Andréa Luz da; Frota, Francisco Horácio. A participação institucionalizada em tempos de recessão democrática. Revista Debate, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 223-246</p>
08/06 Aula 11	<p>Políticas para a infância e a participação institucionalizada (Conselhos e Conferências)</p>	<p>Almeida, C.; Tatagiba, L. (2012) Os conselhos gestores sob o crivo da política: balanços e perspectivas. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 109, p. 68-92, jan./mar. 2012</p> <p>Tatagiba,L.(2002). Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. In:..Dagnino,.E..(Org.)..Sociedade civil e espaços públicos no Brasil.São.Paulo:..Paz.e. Terra,..2002.</p> <p>Santos, B. R. (2011) Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente no marco do 21º aniversário do ECA: Os desafios da política de proteção integral (mimeo).</p>

15/06 Aula 12	Experiências de participação de crianças, adolescentes e jovens.	Estratégias: Os debates sobre os desafios da participação de crianças e adolescentes serão propostos a partir de experiências recentes, especialmente, nos conselhos e conferências. Couto, R. M. B.; Rizzini, I.; Bush, M. Jovens em Ação: reflexões sobre participação social e inserção no mundo do trabalho.
22/06 Aula 13	Monitoramento e avaliação de políticas para infância e juventude	Sousa, M. F. (2013). Conceitos básicos em Monitoramento e Avaliação. Curso Formação ENAP. Santos, B. R. (2024). Balanço dos 33 anos de Implementação do ECA. Apresentação em PPT.
29/06 Aula 14	Devolutiva dos roteiros do Módulo 2 – Orientações para o trabalho final	

Referencias

Módulo 1 - Estado, democracia, participação social

Principal

ADORNO, Theodor W. Educação após Auschwitz. In: ADORNO, Theodor W. *Palavras e sinais: modelos críticos* 2. Tradução: Maria Helena Ruschel; supervisão: Álvaro Valls. Petrópolis: Vozes, 1995.

ADORNO, Theodor W. Teoria freudiana e o padrão da propaganda fascista. In: ADORNO, Theodor W. *Ensaio sobre psicologia social e psicanálise*. Tradução: Verlaine Freitas. São Paulo: UNESP, 2015.

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Tradução: Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

BROWN, Wendy. A sociedade deve ser desmantelada. In: BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente*. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

FRASER, Nancy. Capitalismo canibal: como nosso sistema está devorando a democracia, o cuidado e o planeta — e o que podemos fazer a respeito disso. Tradução: Aline Scatola. São Paulo: Autonomia Literária, 2024.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. *Cadernos de Campo*, São Paulo, n. 14/15, p. 1-382, 2006.

FRASER, Nancy. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. *Revista Estudos Feministas*, v. 15, n. 2, 2007.

HABERMAS, Jürgen. Três modelos normativos de democracia. In: HABERMAS, Jürgen. *A inclusão do outro: estudos de teoria política*. São Paulo: Loyola, 2002.

HABERMAS, Jürgen. *Uma nova mudança estrutural da esfera pública*. Tradução: Denilson Luis Werle. São Paulo: UNESP, 2023.

HAN, Byung-Chul. Algodofobia. In: HAN, Byung-Chul. *Sociedade paliativa: a dor hoje*. Tradução: Lucas Machado. Petrópolis: Vozes, 2021.

MARQUES, Eduardo; FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de (org.). *A política pública como campo interdisciplinar*. São Paulo: UNESP; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2018.

MOUFFE, Chantal. A cidadania democrática e a comunidade política. *Estudos de Sociologia*, v. 2, n. 2, p. 59-68, 1997.

MOUFFE, Chantal. Por um modelo agonístico de democracia. *Revista de Sociologia e Política*, n. 25, p. 11-23, 2005.

SAFATLE, Vladimir. *A ameaça interna: psicanálise dos novos fascismos globais*. São Paulo: Ubu Editora, 2026.

SECCHI, Leonardo. *Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos, questões de concurso*. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2019.

Complementar:

AVRITZER, Leonardo. Esfera pública sem mediação? Habermas, anti-iluminismo e democracia. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 118, p. 13-40, jan. 2023.

FORTES, Luiz Bernardo; AQUINO, Sérgio Ricardo Fernandes de. Da teoria de Chantal Mouffe à prática democrática boliviana: o pluralismo como horizonte. *Revista Direito e Práxis*, v. 9, n. 1, p. 146-176, jan. 2018.

FRASER, Nancy. Transnationalizing the public sphere: on the legitimacy and efficacy of public opinion in a post-Westphalian world. *Theory, Culture & Society*, v. 24, n. 4, p. 7-30, 2007. Disponível em: <https://transversal.at/transversal/0605/fraser/en>. Acesso em: [colocar data de acesso].

HAN, Byung-Chul. *Infocracia: digitalização e crise da democracia*. Tradução: Gabriel S. Philipson. Petrópolis: Vozes, 2022.

LEÃO, Richard Douglas Coelho; FURTADO, Arjunuyra. Modernidade e política: o debate entre a democracia deliberativa de Rawls e Habermas e a democracia agonística de Chantal Mouffe. *Revista Espaço de Diálogo e Desconexão*, v. 12, n. 1, 2020.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MIGUEL, Luis Felipe. Consenso e conflito na teoria democrática. *Lua Nova*, São Paulo, n. 92, p. 13-43, 2014.

MOUFFE, Chantal. *Por um populismo de esquerda*. São Paulo: Editora 34, 2019.

RAWLS, John. *O liberalismo político*. Tradução: Dinah de Abreu Azevedo. 2. ed. São Paulo: Ática, 2000.

SCHEUERMAN, William E. Entre o radicalismo e a resignação: teoria democrática em *Direito e democracia*, de Habermas. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 13, p. 155-185, jan./abr. 2014.

VASCONCELLOS, C. Theodor Adorno e as tendências fascistas na democracia. *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, v. 22, p. e-41422, 2022.

Módulo 2 - Participação social nas Políticas para a Infância e Juventude

Principal

ALMEIDA, Carla; TATAGIBA, Luciana. Os conselhos gestores sob o crivo da política: balanços e perspectivas. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 109, p. 68-92, jan./mar. 2012.

COUTO, Rosângela Maria Braga; RIZZINI, Irene; BUSH, Malcom. *Jovens em ação: reflexões sobre participação social e inserção no mundo do trabalho*. Rio de Janeiro: CIESPI, [s.d.]. (Relatório de pesquisa).

DAGNINO, Evelina. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. *Política & Sociedade*, n. 5, out. 2004.

FUNDAÇÃO ABRINQ PELOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. *Políticas sociais para a infância e adolescência: guia para gestão pública*. São Paulo: Fundação Abrinq, 2021.

GUIMARÃES, Maria do Carmo. O debate sobre a descentralização de políticas públicas: um balanço bibliográfico. *Organizações & Sociedade*, v. 9, n. 23, abr. 2002.

GOHN, Maria da Glória. *Participação e democracia no Brasil: da década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013*. Petrópolis: Vozes, 2019.

GOHN, Maria da Glória. Gestão pública e os conselhos: revisitando a participação na esfera institucional. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, v. 10, n. 3, 2016.

MORAIS, Neiara de; SILVA, Maria Andréa Luz da; FROTA, Francisco Horácio. A participação institucionalizada em tempos de recessão democrática. *Revista Debate*, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 223-246, [s.d.].

SANTOS, B. R. Conselhos de direitos da criança e do adolescente no marco do 21º aniversário do ECA: os desafios da política de proteção integral. [S.l.]: mimeo, 2011.

SOUSA, Marconi Fernandes. *Conceitos básicos em monitoramento e avaliação*. Brasília: ENAP, 2013. (Curso de formação).

Complementar

ARRETCHE, Marta. Democracia e a redução da desigualdade econômica no Brasil: a inclusão de outsiders. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 33, n. 96, e339613, 2018.

TATAGIBA, Luciana. Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. In: DAGNINO, Evelina (org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.